



# DECISÃO!

Rua Albita, 194 / Cruzeiro / Belo Horizonte / MG / CEP 30.310-160

Receba informações da Amagis pelo Whatsapp ou Telegram - (31) 99881-4367  
Envie-nos uma mensagem solicitando a inclusão na lista



## Amagis atua por reposição de subsídio

ROBERT LEAL / TJMG



Alberto Diniz, Fábio Ramalho, Nelson Missias e Maurício Soares

Durante encontro do vice-presidente da Câmara dos Deputados, deputado federal Fábio Ramalho, com o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, reforçou a defesa das Associações pela atualização monetária dos subsídios da Magistratura, após quase cinco anos de congelamento. **PÁGINA 4**

## TJ RECEBE REIVINDICAÇÕES DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Em reuniões realizadas, nos dias 25 e 31 de julho, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, apresentou ao presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, a pauta de reivindicações de pensionistas e aposentados da Magistratura mineira, tendo como ênfase a paridade e o tratamento isonômico. **PÁGINA 5**



**AMAGIS SAÚDE HOMENAGEARÁ PAIS COM INTEGRAMAGIS - PÁGINA 24**

Amagis pede e TJMG paga 50% do 13º

**PÁGINA 3**

Palestra da PF aborda autodefesa

**PÁGINA 6**

Gestão itinerante vai ao interior

**PÁGINA 7**

# Nossa prioridade é fazer justiça e garantir um direito constitucional

MAURÍCIO SOARES\*

**A** cada etapa, como essa que se inicia agora, da segunda metade do ano, reforçamos nossa atuação, atentos e vigilantes, alertando, mais uma vez, para a grave situação vivida há quase cinco anos por magistrados e membros do Ministério Público. Mesmo no período de recesso parlamentar, buscamos garantir a recomposição inflacionária dos subsídios, para atenuar perdas acumuladas em mais de 40%.

Trabalharemos intensamente para alcançar esse direito previsto na Constituição, que tem sido consecutiva e injustamente adiada. Garanti-lo será uma questão de justiça, além de cumprir a Constituição, que garante, textualmente, a irredutibilidade dos subsídios.

**“Trabalharemos intensamente para alcançar a reposição, que é um direito constitucional, que tem sido consecutiva e injustamente adiada”**

Rejeitamos argumentos do tipo “efeito cascata” e que, por essa razão, “impactaria o orçamento público”, até porque esta é uma questão que diz respeito à autonomia de gestão dos tribunais, que farão, cada um a seu modo, o dever de casa necessário para incorporar a reposição e quitação.

Junto desse posicionamento, temos mantido a unidade de todas as Associações de magistrados e membros do MP, reafirmando o nível de importância e preocupação com as carreiras, que precisam ser respeitadas em sua independência e também valorizadas de forma adequada.

Neste mês, com o fim do recesso, o Supremo Tribunal Federal irá discutir a reposição dos vencimentos de seus ministros, incluindo-a na proposta orçamentária do STF a ser enviada ao Ministério do Planejamento até o dia 31 de agosto para compor o orçamen-

to dos três poderes, que será, depois, apreciado pelo Congresso Nacional, onde, com respeito e diálogo, temos obtidos apoio e reconhecimento.

Estamos trabalhando fortemente, desde o semestre passado, para convencer parlamentares e os ministros do STF a votarem a favor da proposta. No ano passado, a maioria dos ministros do STF decidiu não fazer a reposição.

Já no dia 11 de julho passado, obtivemos importante e expressiva vitória na aprovação do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019, pelo Congresso Nacional, que, após gestão das Associações, suprimiu texto que proibia revisão anual de remunerações, subsídios e vencimentos, o que seria uma violação do art.37, inciso X, da Constituição. Foram 209 votos a favor do destaque contra 45

favoráveis ao texto do relator. Outra vitória significativa foi a rejeição do corte linear de 10% no orçamento da União (inclusive do Poder Judiciário).

Além da atualização monetária dos subsídios, estamos atentos a outros projetos que envolvem a classe, como o do extrateto, a ajuda de custo moradia e a Valorização por Tempo de Magistratura (VTM). Manteremos intensa atuação e interlocução em Brasília, convencidos de que temos, todos, que caminhar na mesma direção.

Aqui em Minas, reforçamos a parceria institucional com a nova gestão do TJMG e conquistamos, em tempo recorde, a antecipação de 50% do 13º no mês passado. Paralelamente, intensificamos também a defesa de valorização dos aposentados e atenção especial para garantir tratamento isonômico às nossas pensionistas. ■

(\*) *Presidente da Amagis*

## ÍNDICE DECISÃO!

Diretoria reafirma diálogo com o TJMG

PÁG 03

Associação defende reposição dos subsídios

PÁG 04

Amagis leva pauta dos aposentados ao TJ

PÁG 05

Palestra apresenta dicas sobre autodefesa

PÁG 06

Presidente vai a Poços de Caldas e Frutal

PÁG 07

TJMG expande alvará de soltura eletrônico

PÁG 08

Feminicídio será foco de campanha do CNJ

PÁG 09

Novo CPP poderá ser votado após a eleição

PÁG 12

Nutris irá ampliar creche

PÁG 15

Juizes mantêm rotina de treinos no tênis

PÁG 17

## SAÚDE!

Sarampo preocupa o País

PÁG 23

Integramagis celebrará dia dos pais com palestra

PÁG 28

### JORNAL MENSAL

ISSN - 1981-4577 (Decisão Impresso)  
ISSN - 1981-4569 (Decisão On-line)



#### PRESIDENTE

Desembargador Maurício Torres Soares

#### Vice-presidente Administrativa:

Juíza Cristiana Martins Gualberto Ribeiro

#### Vice-presidente Financeiro:

Desembargador Alberto Diniz Junior

#### Vice-presidente de Saúde:

Juíza Luzia Divina de Paula Peixoto

#### Vice-presidente dos

Aposentados e Pensionistas:

Juíz José Martinho Nunes Coelho

#### Vice-presidente do Interior:

Juíz Antônio Carlos Parreira

#### Vice-presidente

Sociocultural-Esportivo:

Juíz Ricardo Torres Oliveira

#### Diretor-Secretário

e de Comunicação:

Juíz Christyano Lucas Generoso

#### Diretora-Subsecretária:

Juíza Rosimere das Graças do Couto

#### Coordenador de Comunicação:

Bruno Gontijo • Mtb - MG: 11008

#### Jornalistas:

Georgia Baçvaroff • Mtb - MG: 08441

Fernanda Marques • Mtb - MG: 12188

Tiago Parrela • Mtb - MG: 14634

Izabela Machado • Mtb - MG: 11210

#### Projeto Gráfico:

Agência Graffo  
Diagramação:  
Fosfato Comunicação Digital  
Pré-impressão/Impressão:  
Gráfica e Editora Del Rey

TIRAGEM: 2.300 EXEMPLARES

# Diretoria reafirma diálogo com o TJMG

Tribunal atende à Associação e antecipa 50% do 13º a magistrados

TIAGO PARRELA



Diretores da Amagis com Nelson Missias de Moraes e Maurício Soares

**A** fim de reafirmar a importância do diálogo institucional entre a Amagis e o TJMG, o presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, e membros da diretoria, reuniram-se, no dia de 17 de julho, com o presidente do Tribunal, desembargador Nelson Missias de Moraes.

Mesmo com apenas um mês da posse da nova gestão do TJ, a parceria entre as instituições já tem dado resultados, como a garantia do pagamento da antecipação de 50% do décimo terceiro dos magistrados no mês de julho, após reunião entre os presidentes da Amagis e do TJMG.

Um dos pontos discutidos durante o encontro foi a política de valorização do primeiro grau de jurisdição. "Temos a convicção de que nossas demandas serão reconhecidas e atendidas, porque o presidente Nelson Missias conhece, como poucos e de perto, as necessidades dos magistrados, especialmente os do primeiro grau de jurisdição, onde a Justiça começa", afirmou o presidente Maurício Soares.

O presidente Nelson Missias reforçou seu compromisso por uma gestão compartilhada, na qual, de acordo com ele, a Amagis desempenha um papel fundamental, não só para Magistratura, mas para o próprio Judiciário mineiro, por sua capilaridade junto aos juízes, tanto na capital quanto nas comarcas do interior do Estado.

Na avaliação do vice-presidente Financeiro da Amagis e superintendente-adjunto administrativo do TJMG, desembargador Alberto Diniz Junior, a Associação é o braço político da Magistratura e tem de estar em permanente contato com a Presidência do Tribunal, com o objetivo de viabilizar as questões mais importantes para os magistrados mineiros.

A vice-presidente Administrativa da Amagis, juíza Cristiana

Martins Gualberto; a vice-presidente de Saúde, juíza Luzia Peixôto; o vice-presidente de Aposentados e Pensionistas, juiz José Martinho Nunes Coelho; o vice-presidente Sociocultural-Esportivo, juiz Ricardo Torres Oliveira, e a diretora-subsecretária, juíza Rosimere das Graças do Couto, também participaram da reunião.

## DÉCIMO TERCEIRO

No dia 11 de julho, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, reuniu-se com o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, como a garantia do pagamento da antecipação de 50% do décimo terceiro dos magistrados no mês de julho, após reunião entre os presidentes da Amagis e do TJMG.

O superintendente-adjunto administrativo do TJ, desembargador Alberto Diniz, também participou do encontro entre os presidentes da Amagis e do Tribunal. No mesmo dia, após o encontro, o presidente do TJMG enviou ofício à Associação informando que o adiantamento seria pago no dia 13 de julho, como de fato ocorreu. ■

# Associação defende reposição dos subsídios

Assunto foi discutido com vice-presidente da Câmara dos Deputados

No dia 8 deste mês, o STF irá discutir a proposta orçamentária do Judiciário, que será enviada ao Executivo até 31 de agosto e, depois, analisada pelo Congresso Nacional. Entre os pontos a serem observados, está a recomposição dos subsídios dos ministros, que repercute nos vencimentos de todo o Judiciário.

Junto das demais Associações estaduais de magistrados e da AMB, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, tem se empenhado, tanto

ROBERT LEAL / TJMG



**Alberto Diniz, Fábio Ramalho, Nelson Missias e Maurício Soares**

em Brasília quanto em Minas Gerais, para sensibilizar representantes dos Três Poderes sobre a necessidade da atualização monetária dos subsídios, após o longo período, quase cinco anos, de congelamento dos vencimentos no Judiciário.

Por isso, durante encontro do vice-presidente da Câmara

dos Deputados, deputado federal Fábio Ramalho, com o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, o presidente Maurício Soares aproveitou a oportunidade para defender junto ao parlamentar a reposição. O desembargador Alberto Diniz Júnior, supe-

rintendente-adjunto administrativo do Tribunal e vice-presidente Financeiro da Amagis, participou do encontro.

“Mais do que fazer justiça, é uma questão de cumprir um princípio constitucional”, sustentou Maurício Soares, referindo-se à irredutibilidade dos vencimentos. A partir deste mês, com o fim do recesso, as Associações irão acompanhar todas as etapas de discussão, com foco na valorização da carreira e no aperfeiçoamento do Judiciário. ■

## 11 DE AGOSTO

# DIA DO MAGISTRADO

Uma homenagem da Amagis aos homens e mulheres que dignificam a Magistratura e a Justiça Cidadã.



 [facebook.com/Amagis](https://facebook.com/Amagis)

 [twitter.com/AmagisMG](https://twitter.com/AmagisMG)

 [instagram.com/amagismg](https://instagram.com/amagismg)



# Amagis leva pauta dos aposentados ao TJ

Maurício Soares apresentou reivindicações do segmento

IZABELA MACHADO



**Reunião com aposentados no TJ**

reunião com o presidente do Tribunal teve o objetivo de reforçar a agenda de discussões sobre os direitos dos aposentados.

Também participaram do encontro uma comitiva de magistrados aposentados: Reynaldo Ximenes Carneiro, Agnaldo Rodrigues Pereira, Marco Aurélio Lyrio Reis, Albertino de Souza Pereira Filho, Selma Toledo, Ana Maria de Oliveira Fróes, Sônia Alvim, Marli Maria Braga Andrade, Maurício Pinto Coelho Filho, Ramon Moreira e Miguel Carlos Madero. ■

No dia 31 de julho, a pouco mais de 15 dias de realizar a homenagem aos magistrados

aposentados em 2017, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e o vice-presidente dos Aposentados e Pensionistas da Associação, juiz José

Martinho Nunes Coelho, apresentaram ao presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias Morais, a pauta de reivindicações dos inativos. A realização da

## Presidente defende tratamento isonômico às pensionistas

Tema foi discutido durante reunião no Tribunal de Justiça

TIAGO PARRELA



**Alberto Diniz, Mauricio Soares, Nelson Missias e Marlene Fernandes**

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, reiterou, no dia 25 de julho, em reunião com o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Morais, a posição da Associação de que todas as pensionistas da Magistratura mineira devem receber seus vencimentos pelo TJMG.

Atualmente, uma parcela das pensionistas recebe seu

pagamento pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Estado de Minas Gerais (Ipsemg), enquanto outra parte recebe pelo Tribunal. Na avaliação do presidente Maurício Soares, a solução dessa ques-

tão é importante para garantir tratamento isonômico às pensionistas.

A diretoria de Pensionistas da Amagis, Marlene Fernandes, demonstrou otimismo e disse que o presidente do Tri-

bunal se sensibilizou com a solicitação da Associação e orientou a seus assessores a marcar uma reunião com a direção do Ipsemg para verificar a possibilidade de conseguir os dados cadastrais, a fim de que o pagamento seja unificado.

O superintendente-adjunto administrativo do TJMG, desembargador Alberto Diniz, também participou do encontro. ■

# Palestra apresenta dicas sobre autodefesa

Atividade foi realizada em parceria com a Polícia Federal

Como parte da política de segurança para os magistrados, a Amagis, em parceria com a Polícia Federal, em Minas Gerais, promoveu, no dia 3 de agosto, a palestra sobre sobrevivência urbana. A atividade foi realizada com a colaboração do Setor de Armas Munição e Apoio e Logístico da Superintendência de Minas Gerais da PF.

De acordo com o agente de Política Federal, Humberto Wendling, autor do livro *Autodefesa contra o crime e a violência*, publicado pela editora Clube de Autores, o objetivo da palestra foi criar uma nova mentalidade sobre a segurança pessoal para pessoas

que sujeitas a serem vítimas de uma ação criminosa.

Durante sua exposição, Wendling falou sobre o processo da seleção da vítima pelo agressor, os fundamentos do estado de alerta e quais são as estratégias de resposta em situações de risco. No primeiro ponto, o palestrante disse que, ao avaliar se um indivíduo pode ser alvo em potencial, os criminosos observam características prioritárias como a

ostentação de objetos de riqueza e de desejo, como um celular, e o comportamento da vítima, como a distração, antes de agir.

Sobre o estado de alerta, o agente de Polícia Federal ressaltou que é importante as pessoas direcionarem sua visão e atenção, para tentar identificar intuitivamente comportamentos fora do normal em lugares e situações específicas. Já no ponto sobre as estratégias de risco,

Wendling fez um contraponto à concepção de que nunca se deve reagir, pois, segundo ele, em uma situação em que há risco de morte, saber agir pode salvar a vida de uma pessoa.

Ainda em parceria com a Polícia Federal, a Amagis estuda a realização de um treinamento de tiro sob a orientação de policiais federais, em data a ser definida. Para mais informações, acessar o site da Amagis. ■

## Repúdio a ato de vandalismo

Para presidente da Amagis, ação no STF agrediu a democracia

“Se pretendiam manchar a imagem da Suprema Corte, conseguiram apenas manchar e desgastar a democracia”, afirmou o presidente da Amagis, desembargador Maurício Sores, em repúdio ao ato de vandalismo praticado, no dia 24 de julho, na sede do STF, em Brasília.

A Amagis se uniu a associações de magistrados de todo o País e repudiou os ataques. Ao manifestar a indignação da Magistratura mineira, o presidente Maurício Soares ressaltou que

protestos devem ser feitos dentro dos limites democráticos e republicanos; caso contrário, são incentivos à desordem pública e vandalismo.

O presidente da Amagis disse ainda que as discordâncias com relação a decisões judiciais têm seu espaço próprio, que são os recursos previstos na Constituição e nas Leis. Em nota assinada pelo presidente Jayme de Oliveira, a AMB reafirmou a defesa do Estado Democrático de Direito e destacou que atos dessa natureza não podem permanecer impunes. ■



### RÁPIDAS

★ **O juiz Thales Flores Taipina, da 1ª Vara Cível, Criminal e da Infância e da Juventude da Comarca de Governador Valadares (Leste), lançou, no dia de 16 de julho, o livro “Flagrante e Prisão”, publicado pela Editora D’Plácido. A obra é compreendida pela necessidade de valorização prioritária do direito de liberdade.**

★ **Natural do Rio de Janeiro, o juiz do Tribunal do Júri da Comarca de Juiz de Fora, Paulo Tristão Machado Júnior, foi homenageado, no dia 5 de julho, pela Câmara Municipal da cidade, com o título de cidadão honorário. A iniciativa da outorga da honraria foi do presidente da casa, vereador Rodrigo Mattos.**

# Presidente vai a Poços de Caldas e Frutal

Maurício Soares participa de inaugurações e de encontro com juízes

ROBERT LEAL/TJMG



**Instalação do SEEU de Poços de Caldas**

Feminina de Frutal tem três salas de aula, 13 celas, refeitório, salas administrativas, auditórios e quatro cômodos para a equipe técnica multidisciplinar. Durante a inauguração, também foi lançada a pedra fundamental para a construção da Apac Juvenil na Comarca.

Ao instalar o SEEU da Comarca de Poços de Caldas, o presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias, anunciou que, em dois anos e meio, o município poderá contar com um novo fórum, caso as licenças para a construção sejam liberadas pela prefeitura ainda neste mês. ■

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, aproveitou a inauguração da unidade feminina da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) em Frutal (Triângulo Mineiro) e do Sistema Eletrônico de Execução Unificado (SEEU) na Comarca de Poços de Caldas (Sul de Minas), res-

pectivamente, nos dias 20 e 30 de julho, para ampliar a interlocução com os magistrados de cada região sobre os projetos de interesse da Magistratura e os novos projetos do Judiciário mineiro.

Os encontros foram realizados com a participação do presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes,

e têm sido importantes para reforçar o compromisso da Associação com os magistrados que atuam no interior de Minas, e aproximar ainda mais o Tribunal de Justiça das diversas comarcas do Estado.

## INAUGURAÇÕES

Com cerca de 1.400 metros quadrados, a Apac

# Amagis defende atuação de juízes

Presidente Maurício Soares divulgou notas à Imprensa

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, divulgou, nos dias 10, 23 e 26 de julho, notas públicas na qual defende a atuação de juízes das Comarcas de Contagem (Grande BH), Mantena (Leste) e Frutal (Triângulo Mineiro), que foram alvos de manifestações agressivas e infundadas por parte de pessoas insatisfeitas com a atuação e decisões dos magistrados.

No caso de Contagem, Maurício Soa-

res contestou notícia que denunciou as condições de acolhimento da unidade de internação provisória, anexa à Delegacia de Orientação e Proteção da Criança e do Adolescente daquela comarca. No documento, o presidente esclareceu que a internação de infratores é de responsabilidade da Subsecretaria de Atendimento Socioeducativo do Estado de Minas Gerais.

Sobre o ocorrido na Comarca de Mantena, o presidente da Amagis repudiou nota da 59ª Subseção da OAB/MG, que, numa manifestação exclusivamente corporativa, agrediu o Estado de Direito e a independência da Magistratura. Já no caso de Frutal, Maurício Soares afirmou que os ataques ignoram o Estado de Direito e incentivam o desrespeito e a desordem. ■



# TJMG expande alvará de soltura eletrônico

Sistema foi instalado em mais 12 comarcas do Estado

A partir do dia 22 deste mês, doze comarcas mineiras passarão a utilizar o novo modelo de Alvará de Soltura Eletrônico (ASE), do Sistema de Comunicação Judicial eletrônica, do TJMG. Com a expansão, ao todo 24 circunscrições judiciárias do Estado passarão a contar com o sistema, que garante mais celeridade e segurança na soltura de um preso.

Na avaliação do juiz auxiliar da Corregedoria de Justiça, Guilherme Sadi, uma vez que o ASE opera online e está interligado à Secretaria de Administração Prisional do Governo do Estado e à Polícia Civil de Minas Gerais, a emissão do alvará é comunicada às autoridades policiais e prisionais em poucas horas.

Em comarcas nas quais o sistema ainda não pode ser instalado, a comunicação da soltura pode levar até dois dias, pois o alvará é entregue à polícia que verifica a documentação e, posteriormente, o documento é levado para a unidade prisional onde o preso está encarcerado.

Outra vantagem da adoção do sistema apontada pelo magistrado é a utilização de um banco de dados unificado, que possibilita a pesquisa das informações sobre um preso em único local, impedindo assim que uma pessoa que esteja cumprindo pena por outro crime seja solta indevidamente.

TIAGO PARRELA

Juiz  
Guilherme  
Sadi e  
servidores  
do TJMG



De acordo com a gerente de Acompanhamento e de Suporte aos Sistemas Judiciais Informatizados da Justiça de 1ª Instância, Joyce Kelly Martins, o ASE é novo e será aperfeiçoado na medida em que for utilizado. Por isso mesmo, de acordo com ela, a definição das comarcas que passarão a usar o sistema variou entre aquelas com o número maior de prisões e solturas e outras com um fluxo menor de informações.

Segundo Joyce, essa variação na escolha das comarcas oferece uma comparação mais ampla dos dados gerados, e possibilita a geração de novos parâmetros no sistema para melhor atender ao Judiciário na medida em que o sistema for expandido.

O ASE será implantado nas Comarcas de Betim, Caratinga, Ibirité, Ituiutaba, Pará de Minas, Patos de Minas, Pouso Alegre, São João del-Rei, Sete Lagoas, Tiros, Ipatinga e Montes Claros. Atualmente, o alvará de soltura por transmissão eletrônica está em operação nas Comarcas de Belo Horizonte, Uberlândia, Uberaba, Igarapé, Ribeirão das Neves, Juiz de Fora, Contagem, Governador Valadares, Carmo do Paranaíba, Patrocínio, Vespasiano e Divinópolis. Com a expansão do ASE, o TJMG irá promover a capacitação dos servidores, disponibilizará cartilha tutorial do sistema, e oferecerá suporte ao usuário pelo e-mail [cosis@tjmg.jus.br](mailto:cosis@tjmg.jus.br), e no portal de informática do Tribunal. ■

## Fonavep será em agosto

Inscrições para o fórum podem ser feitas até o dia 24 deste mês

Os magistrados interessados em participar do II Fórum Nacional de Execução Penal (Fonavep), que será realizado nos dias 30 e 31 de agosto, em Belém (PA), têm até o dia 24 deste mês para fazer suas inscrições.

Em sorteio promovido pela Amagis, com a participação do presidente da Associação, desembargador

Maurício Soares, e juiz Bruno Terra, ex-presidente da Amagis, os juízes Frederico Bordon de Castro e Gustavo Moreira foram agraciados cada um com uma vaga para o Fórum. As juízas Angélica Ferrari e Bárbara Nardy foram sorteadas como suplentes.

A inscrição para o Fonavep pode ser feita no site [eventos.amb.com.br](http://eventos.amb.com.br).

As reservas para o Hotel Grand Mercure, onde será realizado o fórum, podem ser feitas pelo telefone (91) 3202-2001 ou pelo e-mail [reservas.grandmercurebellem@accor.com](mailto:reservas.grandmercurebellem@accor.com). Os valores da diária dos quartos de solteiro e duplo são de R\$ 330,00 e R\$360,00 respectivamente. ■

# Feminicídio será foco de campanha do CNJ

Semana Justiça pela Paz em Casa vai priorizar Tribunais do Júri

**D**os dias 20 a 24 deste mês, o CNJ em parceria com os Tribunais de Justiça de todo o País realizará a 11ª edição da Semana Justiça pela Paz em Casa, que, neste ano, irá concentrar seus esforços nos julgamentos de processos de feminicídio ou de tentativa de homicídio contra mulheres nos Tribunais do Júri.

Em entrevista à TV CNJ, a ministra Cármen Lúcia, presidente do STF e do CNJ, afirmou que a ênfase do Programa Justiça pela Paz em Casa é garantir que o problema da violência doméstica seja prontamente respondido. “Violência contra a mulher é muito invisível. As causas do preconceito contra a mulher todo mundo prefere não ver”, afirmou.

Para a presidente do STF, a realização dos julgamentos nos Tribunais do Júri durante a se-

LUÍZ SILVEIRA/AGENCIA CNJ



Ministra  
Cármen  
Lúcia

mana nacional é importante. De acordo com ela, por não serem tão simples, as audiências dependem

de uma série de dados e procedimentos a ser adotada, o que acaba ocorrendo um acúmulo maior.

Na avaliação da ministra, o Judiciário tem correspondido ao programa Justiça pela Paz em Casa na medida das suas próprias necessidades, como na criação de varas especializadas no julgamento de casos de violência contra as mulheres.

Carmen Lúcia reconheceu que ainda há muito por fazer, mas apontou que, nos últimos anos, ocorreu uma multiplicação de providências sociais tomadas por aqueles que não viam algo que estavam aos olhos deles: a violência contra a mulher. ■

## Prêmio Conciliar é Legal terá inscrições em outubro

Prêmio promovido pelo CNJ reconhece boas práticas para a Justiça

As inscrições para a 9ª edição do Prêmio Conciliar é Legal, promovido pelo Comitê Gestor da Conciliação, do CNJ, poderão ser realizadas dos 1º a 5 de outubro. Os interessados em participar da premiação já podem consultar o regulamento no site do Conselho.

Entre as novidades da 9ª edição, está a inclusão das categorias Tribunal de Justiça Militar e Tribunal Regional Eleitoral. A partir deste ano, a comissão julgadora passará a observar o critério de ausência ou baixo custo para implementação da prática, na avaliação dos concorrentes. Serão analisadas ainda, nas iniciativas apresentadas, a eficiência, restauração das relações sociais, criati-

AGENCIA CNJ



vidade, replicabilidade, alcance social, desburocratização, efetividade e satisfação do usuário.

Poderão ser inscritas práticas nas cate-

gorias Tribunal de Justiça; Tribunal Regional do Trabalho; Tribunal Regional Federal; Juiz Individual; Instrutores de Mediação e Conciliação; Ensino Superior;

Mediação e Conciliação Extrajudicial; Demandas Complexas ou Coletivas, além das duas que foram incluídas neste ano.

A previsão é de que a cerimônia de entrega dos prêmios seja realizada na abertura do ano judiciário de 2019. Os vencedores receberão certificados, placas e/ou troféus. Mais informações sobre o 9º Prêmio Conciliar é Legal podem ser obtidas no seguinte link: <https://bit.ly/2LtNngu>. ■

# Realize LEILÃO com quem é AUTORIDADE no assunto



jonasleiloeiro.com.br



fernandoleiloeiro.com.br



lucasleiloeiro.com.br

## ESPECIALISTAS NA REALIZAÇÃO DE LEILÃO ONLINE



### Confira Nossa Agenda de Leilões

QUARTA-FEIRA  
AGOSTO 01



1º Vara Cível, Criminal e de Execuções Penais de Diamantina

SEGUNDA-FEIRA  
AGOSTO 06



1º Vara Cível de Unai

TERÇA-FEIRA  
AGOSTO 07



2ª Vara de Família e Sucessões de Ipatinga

TERÇA-FEIRA  
AGOSTO 07



Vara da Fazenda Pública e P. Cíveis e Criminais Coronel Fabriciano

QUINTA-FEIRA  
AGOSTO 09



Vara do Trabalho de Itaúna

SEXTA-FEIRA  
AGOSTO 10



1º JD Cível de Pará de Minas

TERÇA-FEIRA  
AGOSTO 14



Vara Única de Monte Alegre de Minas

TERÇA-FEIRA  
AGOSTO 14



4ª Vara Cível de Uberaba

SEGUNDA-FEIRA  
AGOSTO 20



4ª Vara Cível de Betim

TERÇA-FEIRA  
AGOSTO 21



9ª Vara Cível de Belo Horizonte

37 3242-2218 | 37 9862-5653

leiloesmg@leiloesmg.com.br



## GRUPO CRÉDITO

Administração judicial com atuação em diversas comarcas:

Jacutinga/MG

Carmo do Cajuru/MG

Muzambinho/MG

Pirapora/MG

Passa Quatro/MG

dentre outras...



CSS/TRE-MG

# Pedro Bernardes, presidente do TRE-MG

**Em seu discurso de posse, o senhor defendeu a democracia plena. Como a Justiça Eleitoral pode ser um instrumento para que tal ideal seja alcançado?**

Em nosso País, as eleições são de grande relevância para a democracia, ainda jovem. E a Justiça Eleitoral tem como maior missão justamente garantir a legitimidade das eleições, que devem ser seguras, transparentes e espelhar a vontade dos cidadãos. A Justiça Eleitoral faz e sempre fará a sua parte no sentido de dar as garantias necessárias para a realização de um processo eleitoral íntegro, mas lembro que a sociedade deve também fazer a sua parte, buscando se informar sobre os cargos e candidatos em disputa.

**Qual a mudança significativa na legislação no que se refere às contas eleitorais?**

O pleito que se aproxima será a primeira eleição geral marcada por algumas alterações significativas nas normas, conforme decidido pelo Congresso Nacional. No caso das contas eleitorais, foi criado o Fundo Especial para Financiamento de Campanha, já que o financiamento por pessoa jurídica não é mais permitido. Com isso, se pretendeu a eliminação ou a redu-

ção da influência das empresas e do poder econômico no processo eleitoral. Ainda com relação às contas de campanha, foi adotada a possibilidade de financiamento coletivo das pessoas físicas, por meio da internet - também chamado de crowdfunding ou "vaquinha virtual". Também temos a novidade de os candidatos e os partidos poderem impulsionar publicações nas redes sociais, que passam a ter uma maior importância nas campanhas.

**De que forma as mudanças em regras da propaganda eleitoral, como a redução do período de veiculação, podem afetar na escolha dos candidatos pelos eleitores?**

A diminuição do tempo de campanha oficial tende a privilegiar os candidatos que já são conhecidos perante o grande público, como os que já disputaram eleições anteriores ou que exercem atividades de maior repercussão junto à sociedade. Dessa forma, consideramos que deve aumentar a responsabilidade de o eleitor buscar informações, em canais confiáveis e de forma ampla, sobre os postulantes ao seu voto na disputa eleitoral. Lembramos, de qualquer forma, que houve uma flexibilização das normas com relação ao

que era considerado propaganda extemporânea, sendo agora permitido, mesmo antes do início da campanha oficial, o debate de ideias e exposição de plataformas, desde que não haja o pedido explícito de voto. Isso permite que o eleitor comece a se informar sobre os candidatos com mais antecedência.

**Como o TRE-MG se preparou para a realização das eleições deste ano após o rezoneamento eleitoral?**

Acreditamos que os impactos não serão grandes para o eleitor, ou mesmo para o processo eleitoral, que, neste ano, ocorre em âmbito estadual e nacional, com os julgamentos sendo centralizados no TRE e no TSE. De modo geral, os locais de votação permanecerão os mesmos e as equipes da Justiça Eleitoral estão preparadas para atuar com a mesma eficiência dos pleitos anteriores. Vamos sinalizar todos os locais de votação que terão seções com nova numeração, por terem migrado de zona eleitoral, para melhor orientar o eleitor no dia da eleição. Além disso, temos, neste ano, o aplicativo e-Título, lançado pelo TSE, que facilita a consulta a todos os dados dos eleitores, de forma atualizada. ■

**A pouco mais de três meses do primeiro turno das eleições de 2018, o desembargador Pedro Bernardes tomou posse na Presidência do TRE-MG. Em um ano em que a legislação traz mudanças nas contas e propagandas eleitorais, e no qual foi feito o rezoneamento eleitoral, o magistrado, que teve seu primeiro contato com essa Justiça especializada em 1986, ainda advogado, atuando como secretário-geral da junta apuradora da 27ª Zona Eleitoral de Belo Horizonte, conta com sua experiência para poder conduzir o pleito no Estado.**

*A Justiça Eleitoral faz e sempre fará a sua parte no sentido de dar as garantias necessárias para a realização de um processo eleitoral íntegro, mas lembro que a sociedade deve também fazer a sua parte, buscando se informar sobre os cargos e candidatos em disputa.*

# NOVO CPP PODERÁ SER VOTADO APÓS A ELEIÇÃO

## PL ESTÁ PRONTO PARA APRECIÇÃO EM COMISSÃO DA CÂMARA

O Projeto de Lei nº 8.045/2010, que trata do novo Código de Processo Penal (CPP), está pronto para ser apreciado na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, destinada a proferir parecer ao texto. No dia 13 de junho deste ano, o relator, deputado João Campos (PRB-GO), apresentou substitutivo ao PL.

Entre os principais pontos do texto, **estão a confirmação da prisão dos réus condenados em segunda instância, o estímulo à cooperação do Brasil com outros países para investigar criminosos e a maior possibilidade de uso de mecanismos como as prisões temporárias e preventivas.** Além disso, o parecer acaba com os embargos de declaração, recursos usados pela defesa para impedir o início do cumprimento de penas. A expectativa é que o texto seja votado no Plenário da Câmara em outubro, após o primeiro turno da eleição presidencial.

A atualização do Código de Processo Penal é apontada como necessária por diversos especialistas, tendo em vista que o atual CPP – Decreto de Lei nº 3.689 data de 1941, ou seja, tem 77 anos de vigência, tendo sofrido, durante este período, apenas algumas mudanças pontuais.

Presidente do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais (CCPC), o desembargador Alexandre Victor de Carvalho, do TJMG, reforçou a importância da atualização do CPP, que é anterior à Constituição de 1988. “Há uma premente necessidade de adaptação da legislação infraconstitucional à Carta Magna de 1988, para, por exemplo, instaurar de forma tão vigorosa o sistema

acusatório e retirar aspectos inquisitórios presentes do atual Código de Processo Penal”, observou.

É o que defende também o juiz aposentado Juarez Morais de Azevedo, membro do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais (CCPC). Para ele, as principais e mais urgentes mudanças propostas pelo novo CPP são: a explicitação do princípio do contraditório; a preservação da intimidade e da vida da vítima, das testemunhas e do investigado; a possibilidade de produção de provas pelo investigado; a explicitação dos direitos da vítima; a possibilidade de a fiança ser destinada ao Fundo Penitenciário Estadual; a fixação do início do cumprimento

da pena e o fim ou a diminuição do foro por prerrogativa de função e o excesso de recursos.

O defensor público Eduardo Furst Giesbrecht Rodrigues, da Comarca de Nova Lima, argumentou que a proposta de atualização do CPP deve incluir a revisão de todo o código e não apenas de determinados trechos, uma vez que o novo CPP deverá ter sua adequação por completo aos direitos e garantias fundamentais previstos na Constituição de 1988.

Em entrevista ao Jornal DECISÃO, o defensor considerou alguns pontos essenciais entre os propostos no projeto, como o fim da chamada ‘fase inquisitorial’ para implementar, já na fase policial, a possibilidade de investigação criminal defensiva; e a implementação, com previsão legal e expressa, da audiência de custódia. Para ele, diversas sugestões foram apresentadas no texto da minuta do projeto de lei, com a finalidade de adaptação ao modelo público de assistência jurídica e da própria Defensoria Pública, como instituição constitucional autônoma.

Mas de acordo com o defensor, para a real efetivação do

*Na minha visão, as penas previstas e aplicadas no nosso país, não todas, são bastante elevadas, porém, na fase de execução, são tantos os benefícios que o período de cumprimento fica diminuído, não funcionando como prevenção*

**Juarez Morais**



novo Código de Processo Penal, com a participação de defensores públicos na fase policial e nas audiências de custódia, será de suma importância que a Emenda Constitucional 80, de 2014, seja posta em prática. Essa emenda determina que, até 2022, a União e todos os Estados e o Distrito Federal deverão contar com defensores públicos em todas as unidades jurisdicionais, seja posta em prática.

### DIRETRIZES DA PROPOSTA

O relator da proposta, deputado João Campos, argumentou que o Código de Processo Penal em vigor teve a influência do Estado Novo (1937-1946), um regime "autoritário, indissociavelmente ligado ao ideário fascista". Por outro lado, ele avaliou que a Constituição de 1988 teve como resultado "um rol generoso de garantias processuais penais, que, por vezes, tem sido interpretado com exagero liberalismo".

Diante dessa realidade, segundo ele, o desafio na elaboração do parecer foi assegurar, de um lado, a proteção de direitos e garantias fundamentais e, do outro, a eficácia dos processos penais. "Vale dizer, dar instrumentos para que a defesa da sociedade seja concretizada, mas sem nos descuidarmos do devido processo legal e da proteção do investigado, que é, afinal, uma conquista histórica", apontou o

*Há uma premente necessidade de adaptação da legislação infraconstitucional à Carta Magna de 1988, para, por exemplo, instaurar de forma tão vigorosa o sistema acusatório e retirar aspectos inquisitórios presentes do atual Código de Processo Penal*

### Alexandre Victor de Carvalho



relator à Agência Câmara Notícias.

### CRIMINALIDADE

A lei, por si só, não diminui a criminalidade, bem como o simples agravamento do tratamento penal não enseja, isoladamente, a redução da violência. Para o desembargador Alexandre Victor, a diminuição da prática de crimes depende de uma série de fatores, entre eles a implementação de políticas públicas. O magistrado exemplificou sua posição com a edição da Lei dos Crimes Hediondos, que, a pretexto de regulamentar a Constituição de 1988, etiquetou vários delitos como hediondos e deu a eles tratamento penal extremamente gravoso, se comparado a outros crimes. "Esta lei entrou em vigor em 1990. Estamos em 2018, e a criminalidade relativa aos referidos delitos não foi reduzida", afirmou o magistrado.

Além de políticas públicas para esse fim, a fiscalização e a certeza de uma punição também podem contribuir para a diminuição da criminalidade, segundo Juarez Morais. "O grande Beccaria (Cesare Beccaria) já nos ensinou que a 'A certeza de um castigo, mesmo moderado,

causará sempre impressão mais intensa que o temor de outro mais severo, aliado à esperança na impunidade'. Na minha visão, as penas previstas e aplicadas em nosso País, não todas, são bastante elevadas, porém, na fase de execução, são tantos os benefícios que o período de cumprimento fica diminuído, não funcionando como prevenção", avaliou o magistrado.

Para Juarez Morais, a diminuição da violência e da corrupção no Brasil passa também por outros caminhos. O primeiro deles é a educação. "A falha é imensa na família, na escola e no meio social, com destaque para os meios modernos de comunicação", afirmou. Segundo ele, outros problemas que precisam ser combatidos são a quase certeza da impunidade e a falta de comprometimento de uma parte dos responsáveis pela elaboração legislativa, pela implementação dessa legislação e pela investigação das ações delituosas, aliada à falta de estrutura dos órgãos competentes e dos operadores encarregados da aplicação das leis.

### PRESSÃO

Vários setores da sociedade têm feito uma forte pressão para alterar

o CPP, e um dos argumentos é que a mudança nas leis combateria a sensação de impunidade no País. De acordo com Juarez Morais, os motivos para essa pressão são diversos, mas se condensam da seguinte forma: "de um lado, existe um segmento que busca um procedimento mais ágil, visando quase sempre uma condenação. Do outro lado, no sentido inverso, há um segmento que pugna por um procedimento mais lento, com o escopo de evitar ou protelar a condenação. Há ainda um terceiro que quer um procedimento mais rápido, porém, com todas as garantias legais necessárias, qual seja, aquele que visa uma verdadeira Justiça", afirmou o magistrado.

Defensor dos direitos e garantias fundamentais, o desembargador Alexandre Victor apontou a necessidade da fiscalização correta acerca do efetivo cumprimento do que se denomina de benefícios de execução penal. De acordo com ele, garantir o cumprimento da pena pode ser mais eficaz que o aumento da pena em alguns casos, mas há formas de cumprimento de pena distintas da prisão e da pena corporal. ■

# VALORAÇÃO DO EXAME CRIMINOLÓGICO

Súmula vinculante gera efeitos diante do Judiciário em todas as instâncias

THIAGO COLNAGO CABRAL\*

Com a edição da Lei n.º 10.792, de 2003, objetivou o legislador alterar a redação originária da LEP, especificamente com o propósito de extirpar a exigência de realização de exame criminológico para fins de progressão de regime. A mencionada exigência figurava na legislação como excepcional, mas acabou se tornando uma condicionante amplamente disseminada no cotidiano forense.

A leitura feita pelo legislador, marcada por destacado simplismo, foi no sentido de que, estando configurada a superlotação prisional, independentemente das suas causas, haveria de ser alterado seu regime legal, com o escopo de possibilitar maior agilidade no processo de re colocação em liberdade do apenado. Destarte, sendo o exame criminológico condição estabelecida na prática para a progressão de regime, configurando óbice provisório ao restabelecimento da liberdade, altera-se a legislação justamente para extirpar a previsão de realização de exame criminológico para fins de progressão de regime, mesmo que excepcionalmente, de modo a acelerar a soltura.

O propósito do legislador, todavia, restou frustrado pela jurisprudência do STF e do STJ que dispuseram, em reação, a possibilidade de exigência do exame criminológico para progressão de regime prisional, desde que motivadamente.

A questão que se coloca, então, a partir desta premissa, é aferir como o Judiciário valora, efetivamente aprecia, a mencionada prova para fins de deliberar quanto à progressão de regime prisional de cada sujeito encarcerado.

O exame criminológico é, por definição, perícia acerca da dinâmica do ato criminoso, objetivando associar circunstâncias pessoais do agente, de natureza psicológica, psiquiátrica, social, jurídica e criminológica, e sua incursão na figura típica, tendo como elementos a diagnose e a prognose criminológicas. A diagnose identifica justamente os fatores incidentes sobre a personalidade do agente ao tempo da prática delitiva, associando-as, ao passo que o prognóstico estabelece quadro sobre o risco de reiteração delitiva,

## **"A DIAGNOSE IDENTIFICA JUSTAMENTE OS FATORES INCIDENTES SOBRE A PERSONALIDADE DO AGENTE AO TEMPO DA PRÁTICA DELITIVA"**

além de tratar do risco de reiteração delitiva frente aos mesmos fatores.

As citadas características da perícia em questão retratam, de um lado, sua importância quando realizada na entrada no sistema prisional, conquanto este normalmente acabe não sendo realizado pelo Executivo, mas, de outro lado, definem diretrizes importantes à sua valoração para progressão de regime.

A razão é singela: tendo o exame criminológico um propósito especificamente retrospectivo, atinente à aferição das circunstâncias pessoais associadas à prática da conduta delitiva, é imprescindível delimitar qual sua utilidade no curso da Execução Penal, especialmente para fins de progressão de regime, notadamente porque o requisito subjetivo para a admissão em regime prisional mais brando remonta apenas à existência de comportamento satisfatório.

Em outras palavras, se o requisito legal à progressão de regime é o comportamento satisfatório no curso da pena, a valoração de perícia que tem propósito retrospectivo quanto ao ambiente individual associado à prática delitiva haverá de ser feita com estrita observância aos parâmetros legais, pena de incursão em ilegalidade.

A dita ilegalidade configuraria, então, incursão em Direito Penal do inimigo notadamente porque

estaria a ser estabelecido regime jurídico diferenciado para fins de progressão de regime, relativo à exigência de prognóstico negativo quanto à provável incursão em nova prática delitiva, conquanto a exigência legal seja apenas de comportamento satisfatório.

A conciliação destes parâmetros poderia conduzir, assim, à conclusão do absoluto despropósito da realização de exame criminológico para fins de progressão de regime, o que, todavia, não é acertado.

Tal assertiva decorre da constatação de que tal prova pericial tem extrema importância na contextualização da individualidade do sentenciado, viabilizando que, em superação ao mero registro de falta disciplinar, o juízo competente possa aferir se, quanto a cada um dos fatores pessoais associados à prática do fato delitivo, o período de encarceramento repercutiu na melhora da condição individual do detido.

Essas são diretrizes fundamentais à valoração do exame criminológico para fins de progressão de regime na Execução Penal. ■

\*48º Juiz de Direito

Auxiliar. O artigo aborda o tema do livro *Valoração do Exame Criminológico*, de autoria do magistrado.

# Nutris irá ampliar creche

Obra será realizada com o apoio da PBH

**P**ara atender à grande procura por assistência às crianças do bairro Mariano de Abreu (Leste de Belo Horizonte), o Núcleo de Trabalho de Trabalho de Integral Social (Nutris), braço social da Magistratura mineira, irá ampliar suas instalações e beneficiar mais 40 meninos e meninas da região.

A ampliação será feita com o apoio da Prefeitura de Belo Horizonte, que destinou verba para a construção de três salas de reuniões, almoxarifado e uma sala multiuso. O recurso empenhado pela prefeitura contempla ainda a reforma das instalações da creche, que passará por melhorias que incluem a retirada de trincas, de mofo, nova pintura e melhoria no parquinho, que está danificado.

Já no início deste mês, o Nutris receberá mais 12 crianças que serão acomodadas em uma sala que era usada pelas voluntárias da Magistratura mineira, que ajudam no atendimento e atividades realizadas pela instituição. O espaço foi reformado e adaptado para atender às crianças adequadamente.

De acordo com Marlene Fernandes, diretora de Pensio-

FOTOS: ARQUIVO AMAGIS



Prédio será ampliado e reformado

nistas da Amagis e presidente do Nutris, a ampliação da creche é importante, pois a região tem uma procura muito alta por vagas e, com a criação das novas acomodações, será possível atender aos pais que não têm condições de pagar por um local para deixar seus filhos quando vão trabalhar.

A diretora observou ainda que, ao mesmo tempo em que a ampliação é motivo de satisfação, traz também um novo desafio de manter as novas salas, que, para poder

funcionar, precisarão de mobiliário.

Atualmente, o Nutris e o Núcleo de Arte e Cultural, que assiste a crianças de 6 a 16 anos, recebem aproximadamente 200 meninos e meninas do Bairro Mariano de Abreu. Para manter seu funcionamento, a instituição conta com o apoio dos magistrados. Os interessados em contribuir podem entrar em contato com a Amagis, pelo número (31) 3079-3471, e com o Nutris, pelo telefone (31) 3485-6035. ■



Crianças têm aulas de reforço no Nutris

## RÁPIDAS

★ O desembargador Wanderley Salgado de Paiva foi homenageado, no dia 28 de julho, pela Câmara Municipal de Tarumirim com o título de cidadão honorário do município. De 1986 a 1988, o magistrado atuou na comarca como delegado de polícia.



★ Nicolau Lupianes Neto tomou posse, no dia 23 de julho, como juiz titular da Corte Eleitoral do TRE-MG, na vaga do juiz Ricardo Torres de Oliveira, vice-presidente Sociocultural-Esportivo da Amagis. O presidente da Associação, desembargador Maurício Soares, e o ministro João Otávio de Noronha, do STJ, participaram da cerimônia de posse.



★ O presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, foi recebido, no dia 23 de julho, em Brasília, pela ministra Carmen Lúcia, presidente do STF e do CNJ. De acordo com Nelson Missias o encontro foi uma visita de cortesia e também uma oportunidade para tratar de assuntos institucionais.

# Colônias da Apamagis

Juizes podem usufruir das unidades da Associação paulista em Campos de Jordão, Ibirá e no Guarujá

JÉSIUS LOFRANO



Colônia da Apamagis em Campos do Jordão

**A**lém das colônias de férias de Caldas Novas, Caxambu, Cabo Frio, Nova Viçosa e Ubatuba, a partir de agora, os associados da Amagis também podem usufruir momentos de descanso e lazer em Campos de Jordão, Ibirá e no Guarujá, hospedando-se nas colônias da Associação Paulista de Magistrados.

Localizada na Serra da Mantiqueira, Campos do Jordão é também chamada de "Suíça Brasileira" e atrai turistas de todo o País em

função do clima mais frio. A cidade fica a 1.628 metros acima do nível mar e tem sua arquitetura baseada em construções europeias, como os chalés dos Alpes Suíços.

Em Campos do Jordão, a Apamagis dispõe de 17 chalés, com acomodações para cinco pessoas, cozinha completa, dois aquecedores, TVs e garagem coberta para um carro. A colônia possui ainda três amplas casas, estruturadas para receber os visitantes com conforto, incluindo uma lareira em cada imóvel.

A colônia de férias do Guarujá (Baixada Santista) fica na praia Enseada.

O Condomínio Parque Enseada conta com 34 apartamentos, com capacidade para oito pessoas e equipados com ar condicionado, ventiladores de teto, cozinha completa, TVs, guarda-sol e cadeira de praia.

A Colônia de Férias Termas de Ibirá possui 18 apartamentos, com capacidade para sete pessoas, piscina aquecida, quadra poliesportiva, sauna, banheira tipo SPA aquecida, playground, bicicletas, sala de home theater, restaurante, churrasqueira e internet.

As informações sobre reservas nas colônias da Apamagis podem ser obtidas pelo e-mail [colônias@apamagis.com.br](mailto:colônias@apamagis.com.br) ou pelo telefone (11) 3292-2200, ramal 2224. ■

## Férias em Cabo Frio

Inscrições vão até o dia 23 deste mês

Com a conclusão, em setembro, nas obras de revitalização e modernização dos oito apartamentos da colônia de férias de Cabo Frio (RJ), no Edifício Nautilus II, os associados da Amagis poderão se inscrever, normalmente, para os feriados de final

de ano e férias de verão até o dia 23 deste mês.

A reforma inclui troca de toda a fiação elétrica dos quadros de distribuição de energia, ampliação do banheiro da suíte para melhorar o acesso ao box, a modernização da cozinha, com melhor aproveitamento do espaço, troca do piso, dos acabamentos dos banheiros, do mobiliário e dos aparelhos eletrodomésticos.

Os apartamentos receberão ainda uma nova pintura.

O sorteio será realizado no dia 30 de agosto, na sala da Amagis no Fórum Lafayette (BH), e é aberto aos associados. As inscrições podem ser feitas pelos e-mails [cacia@amagis.com.br](mailto:cacia@amagis.com.br) e [adrianapires@amagis.com.br](mailto:adrianapires@amagis.com.br). Mais informações podem ser obtidas pelo telefone (31) 3079-3459, ou no site [amagis.com.br](http://amagis.com.br). ■

### CONVÊNIOS

#### \* CENTRO DE ESTUDOS EM DIREITO E NEGÓCIOS LTDA

Desconto de 40% nos cursos de pós-graduação em Direito do Trabalho e Gestão Estratégica de Negócios, e 20% de desconto nos cursos de pós-graduação em Direito de Energia, Direito dos Contratos, Direito Eleitoral, Direito Notarial e Registral, Direito da Mineração, Negócios no Esporte e Direito Esportivo (20%). Pagamento à vista ou parcelado sobre o valor do curso, não incidindo sobre a taxa de matrícula.

**Telefone:** (31) 3223-3058

**Endereço:** Rua Alagoas, 772, 4º andar, Funcionários - BH

#### \* LIFT ESCOLA DE IDIOMAS

Desconto em cursos de inglês e francês, intensivo ou regular, direcionados para magistrados aposentados e pensionistas.

**Telefones:** (31) 35672789

**Endereço:** Rua Oscar Trompowsky, 810, Gutierrez - BH

#### \* EDITORA REVISTA DOS TRIBUNAIS

Descontos de 10% a 80%, exclusivamente, no site da editora, para compras de livros e assinaturas de periódicos. O benefício é de caráter pessoal e intransferível. Para ter o desconto, o associado deverá digitar o cupom de desconto disponível no endereço eletrônico abaixo antes de finalizar a compra.

**Telefone:** 0800-7022433

**Site:** [liuraart.com.br/amagis](http://liuraart.com.br/amagis)

# Juízes mantêm rotina de treinos no tênis

Magistrados veem no torneio da Amagis uma forma de congraçamento

**D**os dias 31 de agosto a 2 de setembro, magistrados de várias comarcas de Minas Gerais irão disputar o II Torneio Amagis de Tênis – Troféu Juíza Andréa Foureaux, promovido nas categorias avançado, intermediário, iniciante e duplas, aberto também para a participação de cônjuges e filhos dos associados.

Como o tênis é um esporte que exige tempo para o desenvolvimento e aprimoramento da técnica, alguns dos participantes estão na modalidade há alguns anos, como o juiz Mateus Chavinho, que começou a treinar por volta de 2008. O magistrado disse que, quando

FERNANDA MARQUES/ARQUIVO AMAGIS



**Disputa de duplas no 1º torneio da Amagis**

possível, participa de competições da Federação Mineira de Tênis, e que sempre disputa amistosos com os amigos.

Para Mateus Chavinho, que, na edição passada do Torneio da Amagis, ficou na segunda colocação da disputa do título na categoria dupla masculina com o juiz Vinícius Miranda, a competição promovida pela Associação propicia ainda aos participantes conhecerem magistrados que atuam em outras comarcas.

Com treinos semanais, que incluem a realização de aulas de pilates para aprimorar a forma física, o juiz Vinícius Miranda, que pratica tênis há dez anos, também valoriza a confraternização da classe por meio do esporte, e prefere deixar a disputa em segundo plano, apostando em uma participação maior da Magistratura mineira na edição deste ano do torneio.

O juiz Thiago Gandra, diretor de Futebol da AMB, que começou a treinar tênis em 2012,

hoje pratica a modalidade três vezes por semana. O juiz espera que a competição possa estimular os magistrados a participarem do torneio de tênis da AMB. De acordo com ele, em conversa com a diretora de esportes da Amagis, juíza Cláudia Helena Batista, um dos propósitos da competição é consolidar a participação da Magistratura mineira no torneio da Amagis para ampliar a participação da delegação de Minas Gerais na competição nacional.

As inscrições para o II Torneio Amagis de Tênis podem ser feitas até o dia 28 de agosto, pelo e-mail [adaosilvabh@gmail.com](mailto:adaosilvabh@gmail.com) ou pelo telefone (31) 99691-3579. ■

Programa **Check-up**

Uma série completa de exames para os usuários da Amagis Saúde.

Tudo fácil, rápido e gratuito no mês de seu aniversário.

Saiba mais em:  
[www.amagissaude.com.br](http://www.amagissaude.com.br)



**AMAGIS**  
**Saúde**

ANS - nº 41669-0

# Magistrados são homenageados no Dia de Minas

Data relembra Mariana como a primeira capital

IZABELA MACHADO



Magistrados em Mariana

**D**urante a celebração do Dia de Minas, em 16 de julho, quando a capital do Estado é simbolicamente transferida para a cidade histórica de Mariana, o presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, e o vice-presidente Financeiro da Associação, desembargador Alberto Diniz Junior, receberam a Medalha

Dia de Minas Gerais.

Também foram agraciados com a honraria, o presidente da AMB, juiz Jayme de Oliveira, os desembargadores Álvaro Cabral da Silva, Paulo Calmon Nogueira da Gama, Marcos Lincoln dos Santos, Octavio Augusto De Nigris Boccalini, Pedro Coelho Vergara e Eduardo Machado Costa e os juízes Guilherme

Sadi e Valéria da Silva Rodrigues.

Em 1711, a Vila de Nossa Senhora do Carmo recebeu o título de primeira capital de Minas. Anos depois, ao alcançar a condição de município, o vilarejo recebeu o nome de Mariana, uma homenagem de Dom João V à sua mulher, a rainha Maria Ana Josefa de Áustria. ■

## Juízes assumem novas funções no Tribunal

Magistrados irão apoiar nova gestão em seus projetos

**C**om o início da nova gestão do TJMG para o biênio 2018/2020, magistrados tomaram posse, no mês de julho, de cargos e funções no Tribunal, a fim de apoiarem

a nova administração do TJ em seus projetos, garantindo ainda a prestação de uma Justiça célere aos cidadãos.

Ainda em julho, no dia 11, foram eleitos ouvidor e ouvidora subs-

tituta do Tribunal, respectivamente, o desembargador Elias Camilo Sobrinho e a desembargadora Juliana Campos Horta de Andrade. *Veja ao lado como os cargos foram preenchidos.* ■

### Juízes auxiliares da Presidência

- ▶ *Delvan Barcelos Júnior*
- ▶ *Jair Francisco dos Santos*
- ▶ *Luiz Carlos Rezende e Santos*
- ▶ *Rosimere das Graças Couto.*

### Juiz auxiliar da 2ª vice-presidência

- ▶ *Luís Fernando de Oliveira Benfatti*

### Juiz auxiliar da 3ª vice-presidência

- ▶ *José Ricardo dos Santos Freitas Vêras*

### Juízes auxiliares da Corregedoria de Justiça

- ▶ *Christyano Generoso (Diretor do Foro de BH)*

- ▶ *Adriano Zocche*

- ▶ *Aldina de Carvalho*

- ▶ *Eduardo Gomes dos Reis*

- ▶ *Eduardo Henrique de Oliveira Ramiro*

- ▶ *Guilherme Sadi*

- ▶ *Henrique Oswaldo Pinto Marinho*

- ▶ *João Luiz Nascimento de Oliveira*

- ▶ *Lívia Lúcia Oliveira Borba*

- ▶ *Paulo Roberto Maia Alves*

### Conselho da Magistratura

- ▶ *Otávio Portes*

- ▶ *Hilda Teixeira da Costa*

- ▶ *Estevão Lucchesi*

- ▶ *Wilson Benevides*

- ▶ *Mônica Libânio*

# Presidente do STF visita instalações do TJMG

Ministra conheceu o processo de implantação do BNMP em Minas

O presidente do TJMG, desembargador Nelson Missias de Moraes, recebeu, no dia 6 de julho, a visita da ministra Cármen Lúcia, presidente do STF e do CNJ, que esteve no Tribunal para conhecer a implantação do Banco Nacional de Monitoramento de Prisões (BNMP 2.0) em Minas Gerais.

Na ocasião, o presidente do TJ observou que foi definido um plano

de ação de modo a atender ao prazo estabelecido pelo CNJ para que o cadastramento dos mandados de prisão, cumpridos e abertos no Estado, seja efetivado.

O trabalho de cadastramento desses dados está sob a supervisão dos juízes auxiliares da Presidência Luiz Carlos Rezende e Santos e Delvan Barcelos Junior, e da juíza auxiliar da Corregedoria Lívia Borba. O corregedor-geral de justiça, desembargador Saldanha da Fonseca,

**Cármen Lúcia, Nelson Missias e magistrados**

LUIZ SILVEIRA / AGENCIA CNJ



os desembargadores Alberto Diniz, superintendente adjunto administrativo do

Tribunal, e Márcia Milanez também participaram do encontro. ■

TIAGO PARRELA



**Maurício Soares no lançamento da revista**

## APDF lança revista

Publicação aborda segurança pública

O presidente da Amagis, desembargador Maurício Soares, participou, no dia 9 de julho, do lançamento do primeiro número da revista da Regional Minas Gerais, da Associação Nacional dos Delegados de Política Federal (ADPF), reforçando os

laços institucionais a Política Federal.

A publicação aborda temas relacionados à segurança pública, justiça criminal e também reporta as ações e projetos desenvolvidos pela ADPF, bem como as iniciativas promovidas pela regional mineira. ■

## Impressas ou eletrônicas

Você escolhe como deseja receber as publicações da Amagis:

Jornal Decisão - Revista MagisCultura - Revista Amagis Jurídica

Caso deseje receber apenas a versão eletrônica de algumas dessas publicações, envie solicitação para [imprensa@amagis.com.br](mailto:imprensa@amagis.com.br)

## AGENDA CULTURAL

### MÚSICA

#### ▶ CHICO LOBO E ZÉ ALEXANDRE

Data: 10 de agosto  
Horário: 21h

Local: Teatro do Centro Cultural Minas Tênis Clube  
Ingressos: R\$ 30,00 (inteira) e R\$ 15,00 (meia)  
Informações: [centroculturalminastc.com.br](http://centroculturalminastc.com.br)

#### ▶ A BELLA ITÁLIA – A BELA E OS TENORES

Data: 17 de agosto  
Horário: 21h  
Local: Teatro do Centro Cultural Minas Tênis Clube  
Ingressos: R\$ 120,00 (inteira) e R\$ 60,00 (meia)  
Informações: [centroculturalminastc.com.br](http://centroculturalminastc.com.br)

#### ▶ DADO VILLA-LOBOS – EXIT

Data: 18 de agosto  
Horário: 21h30  
Local: Cine Theatro Brasil  
Ingressos: R\$ 30,00 a R\$ 140,00  
Informações: [cinetheatrobrasil.com.br](http://cinetheatrobrasil.com.br)

### TEATRO

#### ▶ CORTA! COM BETO CARRAMANHOS E DADÁ COELHO

Data: 11 de agosto  
Horário: 21h  
Local: Teatro do Centro Cultural Minas Tênis Clube  
Ingressos: R\$ 60,00 e R\$ 30,00 (antecipado) e R\$ 80,00 e R\$ 40,00 (no dia do evento)  
Informações: [centroculturalminastc.com.br](http://centroculturalminastc.com.br)

#### ▶ O SOM E A SÍLABA

Data: 11 e 12 de agosto  
Horário: Sábado, às 21h e domingo, às 19h  
Local: Cine Theatro Brasil  
Ingressos: R\$ 50,00 (inteira) e R\$ 25,00 (meia)  
Informações: [cinetheatrobrasil.com.br](http://cinetheatrobrasil.com.br)

#### ▶ ALICE, O MUSICAL

Data: 12 de agosto  
Horário: 16h  
Local: Teatro do Centro Cultural Minas Tênis Clube

Ingressos: R\$ 10,00 (inteira) e R\$ 5,00 (meia)  
Informações: [centroculturalminastc.com.br](http://centroculturalminastc.com.br)

#### ▶ DIVERSÃO CANINA

Data: 19 de agosto  
Horário: 17h  
Local: Cine Theatro Brasil  
Ingressos: R\$ 50,00 e R\$ 25,00 (1º lote) e R\$ 60,00 e R\$ 30,00 (2º Lote)  
Informações: [cinetheatrobrasil.com.br](http://cinetheatrobrasil.com.br)

#### ▶ OS TRÊS PORQUINHOS

Data: 19 de agosto  
Horário: 16h  
Local: Teatro do Centro Cultural Minas Tênis Clube  
Ingressos: R\$ 20,00 (inteira) e R\$ 10,00 (meia)  
Informações: [centroculturalminastc.com.br](http://centroculturalminastc.com.br)

#### ▶ SUSPEITOS – UM CRIME IMPROVISADO

Data: 25 e 26 de agosto  
Horário: Sábado, às 20h, e domingo, às 19h  
Local: Cine Theatro Brasil  
Ingressos: R\$ 30,00 (inteira) e R\$ 15,00 (meia)  
Informações: [cinetheatrobrasil.com.br](http://cinetheatrobrasil.com.br)

### ARTES VISUAIS

#### ▶ JEAN-MICHEL BASQUIAT OBRAS DA COLEÇÃO MUGRABI

Data: até 24 de setembro  
Horário: 9h às 21h (De quarta à segunda-feira)  
Local: Centro Cultural Bando do Brasil – BH  
Ingressos: Entrada franca  
Informações: [culturabancodobrasil.com.br/portal/belo-horizonte](http://culturabancodobrasil.com.br/portal/belo-horizonte)

#### ▶ ÓPERA – MARCO PAULO ROLLA

Data: até 21 de outubro  
Horário: 9h às 21, de terça a sábado, 16h às 21h aos domingos  
Local: Palácio das Artes  
Ingressos: Entrada Franca  
Informações: (31) 3236-7400 ou [fcs.mg.gov.br](http://fcs.mg.gov.br)

## BAÚ DE ACORDES

Tiago Parrela

**Calendário do Afeto:** suíte para violão solo – Em comemoração ao Dia dos Pais, a Coluna Baú de Acordes traz ao leitor o disco “Calendário do Afeto: suíte para violão solo”, do músico mineiro Carlos Walter.

O disco é uma suíte para violão solo com novos movimentos alusivos aos meses de gestação, concebido pelo músico para mapear a trajetória fetal de seu primeiro filho, Pedro, “sobre uma perspectiva lítero-musical e com o propósito de estabelecer um entrechecimento entra música, literatura, laços de família e saúde materno-infantil”, como afirmou Carlos Walter, que dedica o disco a todos os pais, mães e crianças do planeta.

Ao fazer esse trabalho de composição, Carlos Walter estabeleceu alguns critérios objetivos para lançar mão da produção dos movimentos. Cada tema dessa suíte conta uma história relacionada à gestação de sua esposa, Rosana. No quinto mês, a música intitulada “Acrobata” (composta em ritmo de baião ligeiro; semifrevo), é inspirado nos batimentos cardíacos, céleres e intensos, e acrobacias intrauterinas de Pedro, que norteavam a rítmica da composição.

O álbum foi lançado em 2015, recebendo menção honrosa e Carlos Walter foi classificado como um dos melhores instrumentistas do Prêmio Melhores da Música Brasileira de 2015. A trajetória do artista como intérprete, compositor e arranjador pode ser conhecida no site: [carloswalter.com.br](http://carloswalter.com.br).

LEONORA WEISSMANN / JÚLIO ABREU



Capa do disco Calendário do Afeto

## VIA JUSTIÇA

## PENSAMENTO JURÍDICO



FOTOS: AMAGIS



### Estatuto do desarmamento

O Via Justiça debate o Estatuto do Desarmamento. Para falar do assunto, convidamos o juiz Eduardo Gomes Reis, presidente das Turmas Recursais de Belo Horizonte e Região, e o advogado Sérgio Bitencourt, especialista em direito armamentista. As armas causaram 71% das mortes violentas no Brasil em 2016. Como analisar esta realidade? (Foto)

### Combate ao bullying

Bullying ou Intimidação Sistemática. Combater o bullying é agora, por lei, responsabilidade de todas as escolas. Nossos convidados são o juiz Carlos Alexandre Romano Carvalho, da Vara da Infância e Juventude de Lagoa Santa, e a defensora pública Francis Coutinho, coordenadora do Projeto Mediação de Conflitos no Ambiente Escolar. Qual é a realidade do bullying no Brasil?

### Portabilidade de crédito

O tema é a portabilidade de crédito, que cresceu quase 100% no Brasil. Para falar sobre o assunto, convidamos o desembargador Antônio Bispo, da 15ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Minas, e o advogado Rômulo Brasil, especialista em Direito do Consumidor. O que é uma portabilidade?

### Desafios da mulher

Resultado de longa luta que teve início antes da Proclamação da República, o voto feminino acarretou inúmeras mudanças positivas para as mulheres. Para falar sobre o assunto, convidamos a juíza Roberta Rocha Fonseca, auxiliar da Corregedoria do TRE-MG, e advogada Sandra Starling, ex-deputada e mestre em Ciência Política. O que o voto feminino representa para a sociedade?

### Aperfeiçoamento do Judiciário

O Pensamento Jurídico recebeu o novo 1º vice-presidente, desembargador Afrânio Vilela, que destacou as inovações que pretende implantar na gestão para o biênio 2018/2020. No programa, o desembargador contou como o trabalho da nova diretoria pode ser integrado em favor do aperfeiçoamento do Judiciário. (Foto)

### Código de Normas

Entrou em vigor, em abril deste ano, o novo Código de Normas do Judiciário mineiro. Sobre o assunto, vamos conversar com a juíza Eveline Felix. O Código de Normas regulamenta os procedimentos e complementa os atos legislativos e normativos dos serviços do Judiciário. Como as mudanças no Código de Normas impactam o cotidiano dos que buscam diariamente seus direitos na Justiça?

### Criminologia

O tema é papel e alcance da criminologia e sua relação com o Direito Penal. Nossos convidados são o juiz aposentado Juarez Moraes de Azevedo, conselheiro do Conselho de Criminologia e Política Criminal de Minas Gerais, e o professor Túlio Duarte, da Faculdade Milton Campos.

### Reformas Eleitorais

Em janeiro último, o Brasil completou 137 anos de sua primeira reforma eleitoral. Quais foram as principais mudanças e por que tantas alterações? Sobre o assunto, convidamos a advogada Luciana Nepomuceno. Relatada pelo então deputado Ruy Barbosa, a chamada Lei Saraiva instituiu, em 1881, criou o título de eleitor, mas excluiu os analfabetos - maioria da população na época.

#### TV JUSTIÇA

Quarta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

**TV ASSEMBLEIA** Sexta-Feira, às 23h (Canais 11, 61.2 ou 35)

**TV COMUNITÁRIA** Sexta-Feira, às 23h30 (Canais 6 ou 13)



**TV JUSTIÇA**  
Sexta-feira, às 9h30 (Canais 7, 167, 21 ou 5)

**TV COMUNITÁRIA**

Sábado, às 22h (Canais 6 ou 13)

# NEGROS E JOVENS TÊM MAIOR ÍNDICE DE MORTES

Indicador aponta ainda que eles também são os que mais matam

TARCÍSIO MARTINS COSTA\*

Assusta a todos nós a descoordenação e a ineficiência do sistema penitenciário brasileiro, abarrotado de criminosos menos violentos, presos em flagrante pelas polícias militares por crimes de furto simples e porte de drogas. Basta lembrar que os autores de crimes de maior gravidade, constituem somente 11% dos que se encontram presos.

Daí a péssima avaliação que a maioria dos brasileiros têm do Poder Judiciário, tido como lento, caro, ineficiente e sem independência. Essa é a visão dos brasileiros, segundo o "Índice de Confiança da Justiça no Brasil", datado de 2017, elaborado pela Fundação Getúlio Vargas de São Paulo.

Como se sabe, o Código de Processo Penal Brasileiro estabelece o prazo de 316 dias para o processamento de um caso de homicídio. Isso no papel. Na média, em sua maioria, demora oito anos e meio. De acordo com o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), há, atualmente, mais de 70 milhões de processos pendentes de solução. Cerca de 40% dos presos são provisórios. Faltam 10 mil defensores públicos, responsáveis pelo atendimento de pessoas com renda abaixo de três salários mínimos, o que impede que os processos sirvam para dissuadir novos crimes.

Na verdade, conforme registra Valdirene Daufembach, expert do "Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura", integrante do "Laboratório de Gestão de Política Penais", da Universidade de Brasília (UnB), existe um risco social em ver a justiça apenas quando há prisão, o que provoca baixo investimento em penas alternativas e num modelo de justiça restaurativa que atue sobre os conflitos e os ressarcimentos das vítimas.

Duas decisões, ainda recentes, ofereceram algumas opções para redução do encarceramento provisório. A primeira foi a regulamentação das medidas cautelares, que possibilitou aos juízes a aplicação de penas alternativas. A outra, de 2015, instituiu a obrigatoriedade de apresentar o preso em flagrante à autoridade judiciária no prazo de 24 horas depois da detenção, a chamada "audiência de custódia". Segundo registra Fernanfa Mena, em extraordinário artigo publicado na Folha de São Paulo, 87,9% das prisões em

flagrante, no estado paulista, eram convertidas em prisões preventivas antes de 2011. Com a lei a respeito das "Cautelares", esse percentual foi reduzido para 61,3% e, a seguir, com as audiências de custódia, para 53%, em conformidade com o relatório produzido pelo Ministério da Justiça em 2016.

Chama a atenção que homens negros e jovens são os que mais morrem e matam. Das 61.282 mortes violentas ocorridas no Brasil, em 2016, a maioria das vítimas é de homens (92%), negros (74,5%) e jovens (53%), entre 15 e 19 anos. Segundo demonstra o "Atlas da Violência", de 2017, publicado pelo Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, as mortes violentas subiram 10,2% entre 2005 e 2015. Entre os jovens de 15 a 29 anos, o aumento foi de 17,2%. De acordo com Daniel Cerqueira, especialista em violência e doutor em economia pela PUC-RJ, um dos fatores que explicam a situação é o descompromisso do governo com políticas eficazes, apoiadas em evidências científicas. Para ele, colaboraram para a queda da idade média

**"CHAMA A ATENÇÃO QUE HOMENS NEGROS E JOVENS SÃO OS QUE MAIS MORREM E MATAM. DAS 61.282 MORTES VIOLENTAS OCORRIDAS NO BRASIL, EM 2016, A MAIORIA DAS VÍTIMAS É DE HOMENS (92%), NEGROS (74,5%) E JOVENS (53%), ENTRE 15 E 19 ANOS."**

das vítimas, falhas na implementação do Estatuto do Desarmamento e a proliferação das drogas em cidades médias e pequenas nos anos 2000. Quanto à cor da pele, evidencia-se o fato de que negros e pardos (53,6%) correspondem a três

de cada quatro pessoas assassinadas no País. Os que se declaram brancos (45,5%), foram vítimas em 25% dos casos.

Sem dúvida, os brasileiros que ocupam o sistema penitenciário figuram entre os mais pobres e menos escolarizados, marginalizados por um sistema excludente e sem oportunidade alguma de ascensão social. E mais. Expostos à violência das periferias. Segundo bem avaliou Cerqueira, a morte de um negro não tem o mesmo peso que de um branco, em especial de um branco rico. Aos nossos juízes criminais, sem qualquer pretensão, recomenda-se a leitura de 'Segurança e Cuidado - Justiça Restaurativa e Cuidado', de Elizabeth Elliott, diretora do 'Centre for Restorative Justice', da Faculdade de Criminologia do Simon Fraser University, na Columbia Britânica, Canadá, distribuído graciosamente pela Abramijn, que, no passado, tive a honra de presidir. ■

\*Desembargador

# Sarampo preocupa o País

Doença é altamente contagiosa, mas pode ser prevenida com vacinação

Dois anos após o Brasil ter recebido, da Organização Pan-Americana de Saúde (Opas), o certificado de eliminação da circulação do vírus do sarampo, a enfermidade volta a preocupar as autoridades. De acordo com o Ministério da Saúde, atualmente há surtos da doença no Norte do País, em Roraima e no Amazonas, tendo sido identificados alguns casos em São Paulo, Rio Grande do Sul, Rondônia e Rio de Janeiro.

O vírus do sarampo é contagioso, pois sua transmissão é feita diretamente de uma pessoa para outra, por meio de secreções expelidas pela tosse, espirro,

MARCELO CASAL JR / AGÊNCIA BRASIL



**Vacina pode ser encontrada em postos de saúde**

Nessas situações, a vacina deve ser aplicada um mês antes da gravidez.

Entre os sintomas do sarampo, estão a febre alta, acima de 38,5 graus centígrados, dor de cabeça, manchas vermelhas (que surgem primeiro no rosto e atrás das orelhas), manchas brancas na mucosa bucal (aparecem de um a dois dias antes das manchas vermelhas), tosse, coriza e conjuntivite.

O Ministério da Saúde recomenda ainda que turistas com destinos internacionais procurem um posto de saúde, pelo menos, 15 dias antes da viagem, para serem avaliados e vacinados, caso necessário. ■

ou até mesmo na fala e na respiração. Doença de natureza viral, o sarampo é considerado grave e pode levar à morte.

A vacinação é a única forma de prevenção contra a doença. Caso a pessoa não tenha o cartão de vacina e tenha dúvida sobre o uso do medicamento, um exame de sangue pode identificar se ela está imune. Veja ao lado o es-

quema vacinal divulgado pela Secretaria de Estado da Saúde de Minas Gerais.

Pessoas com suspeita de sarampo, menores de 6 meses de idade e imunocomprometidos, não devem receber a vacina. Gestantes devem esperar para serem vacinadas após o parto. No caso de mulheres que pretendam engravidar, é importante assegurar a imunização.

## NOVOS CREDENCIADOS

| CIDADE          | ESPECIALIDADE  | PRESTADOR                    | ENDEREÇO                                                      | TELEFONE       |
|-----------------|----------------|------------------------------|---------------------------------------------------------------|----------------|
| BARBACENA       | Dermatologia   | Centro Clínico Dermatológico | Rua Norma Stefani, 90, Salas 24 a 29 - B. Ibiapaba            | (32) 3331-4984 |
| FORMIGA         | Clínica Médica | João Marcos Lopes Silva      | Rua Doutor Newton Pires, 190 - B. Centro                      | (37) 3322-1042 |
| LAVRAS          | Fisioterapia   | Fisioclínica Cherem          | Av. Juventino Dias Teixeira, 1.400 - B. Jardim da Glória      | (35) 4104-1114 |
| PASSOS          | Oftalmologia   | Oculare Oftalmologia         | Av. Arouca, 741 - B. Centro                                   | (35) 3522-7627 |
| POÇOS DE CALDAS | Fisioterapia   | Stúdio Cláudia Pessoa        | Av. Doutor David Benedito Ottoni, 401 - B. Jardim dos Estados | (35) 3712-1662 |

# Integramagis celebrará dia dos pais com palestra

Qualidade de vida do homem moderno será tema do evento

IZABELA MACHADO



Confraternização será no dia 30 de agosto

**E**m comemoração ao Dia dos Pais, a Amagis Saúde promoverá, no dia 30 de agosto, uma edição do Integramagis dedicada aos pais da Magistratura mineira e seus familiares. Durante a confraternização, será realizada a palestra sobre 'Qualidade de Vida do Homem Moderno', ministrada pela médica do trabalho Jaqueline Paschoal de Azan de Castro.

De acordo com a médica, mais do que abordar casos clínicos e apontar quais são as principais doenças que atingem os homens, o objetivo da palestra é apontar as melhores formas de prevenção a partir de hábitos saudáveis em favor de uma melhora na qualidade de vida.

Para a palestra, a especialista tomará com referência a pesquisa promovida pela Associação Nacional dos Magistrados do Trabalho (Anamatra) sobre a saúde dos magistrados, que foi realizada, em 2015, sob a

coordenação da professora da UFMG Ada Ávila.

A médica defendeu não só a adoção de hábitos simples para se ter uma boa qualidade de vida, como destacou a importância da realização de exames clínicos anuais. Ao tomar conhecimento do programa de Check-up oferecido pela Amagis Saúde aos seus usuários, ela afirmou que é importante os magistrados aproveitarem essa oportunidade.

O check-up é um presente de aniversário da Amagis Saúde aos usuários do plano de forma gratuita. Em Belo Horizonte, foram credenciados a clínica Check-up Center e o Hospital Mater Dei. Os usuários que residem no interior devem entrar em contato com a Amagis Saúde pelo telefone (31) 3079-3499 ou pelo e-mail [checkup@amagis.com.br](mailto:checkup@amagis.com.br) para ter informações sobre qual prestador de serviço pode melhor atendê-lo. ■

DICAS

## ATENDIMENTO 24H AOS USUÁRIOS DO PLANO

Por meio do atendimento, os usuários da Amagis Saúde podem solicitar serviços e esclarecer dúvidas como autorizações, auditoria médica, cadastro de associados, reembolso, credenciamento médico (prestadores de serviço) e check-up. Nos finais de semana e feriados, o plano disponibiliza ainda o plantão telefônico aos seus associados. Veja nas dicas abaixo como contatar o atendimento da Amagis Saúde.

### Atendimento presencial

**Local: Sede da Amagis, na Rua Albita, 194, 6º andar, bairro Cruzeiro – Belo Horizonte (MG)**

**Horário de atendimento: De segunda a sexta-feira de 7h às 19h, e aos sábados de 8h às 13h15**

### Atendimento telefônico

**Telefones: (31) 3079-3478, (31) 3079-3479, (31) 3079-3480 e (31) 3079-3481**

**Horário de atendimento: De segundas a sextas-feiras, de 7h às 19h, e aos sábados de 8h às 13h15**

### Pela Internet

**Site: [amagissaude.com.br](http://amagissaude.com.br)**

**Opção do menu: Fale Conosco**

### Plantão telefônico

**Telefone: (31) 99977-2860**

**Horário de atendimento: De segundas a sextas-feiras, de 19h às 7h, e aos sábados, domingos e feriados por 24 horas**